

COELHO NETTO: LITERATURA E EDUCAÇÃO NOS ÚLTIMOS ANOS DO SÉCULO XIX

Danielle Crepaldi CARVALHO¹

RESUMO

O literato Henrique Coelho Netto (1864-1934), “Príncipe dos Prosadores Brasileiros” em 1928, segundo eleição promovida pela revista carioca *O Malho*, teve grande importância no cenário social, político e cultural nos últimos 20 anos do século XIX e três primeiras décadas do XX. O título, aliás, é denotativo de sua importância no contexto nacional, mesmo transcorridos seis anos da Semana de Arte Moderna de São Paulo. Efetivamente, a análise da produção literária de Coelho Netto nos permite observar uma constante reflexão acerca de questões de grande relevância no período apontado, como a participação social da população no governo do país e o lugar do negro na sociedade. Numa época de afirmação da nacionalidade e construção de símbolos nacionais, podemos notar, na produção literária desse escritor, a tentativa de estabelecer os usos e costumes que definiriam a nação brasileira, desde o final do período monárquico até o fim da república velha. Nosso artigo pretende analisar como tais questões foram trabalhadas em duas obras do escritor produzidas entre os anos de 1897-1898, agitado período político e cultural, que coincide com a fundação da Academia Brasileira de Letras e instauração de um novo estado de sítio na capital da República. Os livros são *América*, classificada por seu autor como “educação cívica” (1897) e o romance *O Morto* (1898).

PALAVRA-CHAVE: Coelho Netto, América, O Morto, identidade nacional

Uma vida dedicada à literatura

Quando, no final de 1897, veio a lume *América*, Coelho Netto gozava de invulgar renome, fruto de uma carreira de mais de uma década dedicada totalmente às letras. Ele era “o exemplar único do homem de letras brasileiro vivendo da sua pena”, afirma o cronista J. dos Santos num dos folhetins da série “Crônica Literária”, publicada semanalmente no jornal *Notícia*:

¹ UNICAMP, Instituto de Estudos da Linguagem, departamento de Teoria e História Literária, Rua Raul G. Bortolozzo, 131, B. Ponte Alta, CEP 13276-610, Valinhos-SP-Brasil, megchristie@gmail.com.

Ao passo que os nossos outros literatos são burocratas, políticos, professores, empregados aqui e acolá, ele tende a ser exclusivamente um escritor. E assim o volume que nos dá de meses a meses não é uma obra de fancaria, arranjada às pressas, entre duas outras ocupações muito diversas: é o produto de um certo número de páginas, segregadas (se assim se pode dizer) diariamente, com regularidade e método, e que, ao cabo de três ou quatro meses, produzem um bom livro. (J. dos Santos, 1898)

A dedicação ao ofício faz com que A. de R., autor, no jornal O Paiz, da série cronística Kinetoscópio, instale Netto numa posição privilegiada dentre os escritores brasileiros:

Esse infatigável escritor que produz três obras primas dentro do período em que todos os demais escritores brasileiros reunidos se esforçam por fazer surgir um simples volume de contos ou de versos! (A. de R., 1898)

Efetivamente, a dedicação estrita ao fazer literário devia-se a um ideal que Netto alimentara desde ao menos quinze anos antes, quando, ainda estudante da Faculdade de Direito de São Paulo, alinhou-se à luta em defesa da causa abolicionista. Já no Rio de Janeiro, depois de ter abandonado a conservadora instituição, une-se a Arthur Azevedo, Aluísio Azevedo, Olavo Bilac e a um grupo de jovens que, juntos, transformam as lutas contra a escravidão e por uma literatura engajada nas pedras de toque de sua intervenção social, a qual propunha, através da literatura, educar a maciçamente iletrada população brasileira de acordo com as novas correntes filosóficas e estéticas em voga na Europa, de modo a tirar o Brasil do atraso representado pela escravidão e regime monarquista, e conduzi-lo ao progresso social experimentado pelos países do continente europeu. Nicolau Sevcenko intitula esses indivíduos “mosqueteiros intelectuais” (SEVCENKO, 1983, p. 25-77), o que aponta para o tipo de intervenção proposta por tais escritores, os quais, fiéis ao lema de luta conjunta pregada pelos mosqueteiros, objetivavam transformar suas vidas num constante embate para a instauração de seus ideais artísticos e sociais.

O ideal demandava uma vida inteira de esforços, daí a importância de um trabalho contínuo, que não padecesse pela dispersão oriunda da necessidade objetiva de se ganhar o pão de cada dia. Em prol de aliar os esforços pedagógicos à necessidade prática de sobrevivência, Coelho Netto produzia muito. De agosto de 1897 a março de 1898, período do qual nos ocupamos, manteve duas colunas fixas de crônicas: no jornal carioca *Gazeta de Notícias*, assinava com o pseudônimo de N. a série “Fagulhas”, composta por folhetins publicados quase diariamente; no também carioca *A Notícia*, a série “Semanais”, publicado normalmente aos finais de semana; e também escreveu, para essa folha, o romance em folhetins *O Rajá do Pendjab*, sob o pseudônimo de Henri Lesongeur; além de ter escrito artigos esparsos na *Gazeta de Notícias* e no *Correio de Minas* (de Juiz de Fora), assinados com seu próprio nome. Nesses dois anos, teve publicados quatorze volumes, sendo quatro romances, *Inverno em flor* (1897), *O Morto*, *O Paraíso*, *O Rajah do Pendjab* (1898); seis livros de contos, *Álbum do Caliban e América* (1897), *Seara de Ruth*, *Romanceiro* e *Lanterna Mágica* (1898), e *A terra fluminense*, em colaboração com Olavo Bilac (1898); um volume de não ficção, *A descoberta da Índia*, em homenagem à colônia portuguesa no Brasil por ocasião do 4º da descoberta do caminho às Índias (COELHO NETTO, 1972, p. 67); e três peças de teatro, *Pelo Amor!* (1897), *Artemis* e *Hóstia* (1898), além de ter escrito mais duas peças, impressas anos mais tarde, *Os Raios X*, encenada em 1897 e *As Estações*, em 1898.

O prolífico escritor, que levou ao prelo mais de cem volumes durante a vida, por certo não nos deixa uma tarefa fácil. No espaço desse artigo, optamos por discutir duas de suas obras, ilustrativas da intervenção social proposta pelo escritor – *América*, que em certo momento seu autor denomina “narrativas escolares” de “educação moral e cívica” (VIDA DOMÉSTICA, 1928), e o romance *O Morto* – obras através das quais

analisaremos os componentes utilizados pelo literato para a tessitura, em âmbito textual, do país que ele idealizava.

América: a educação em debate na capital

América é a primeira das várias incursões do escritor à literatura destinada às crianças. Depois dela vieram Terra Fluminense (1898), Contos Pátrios (1904) e A Pátria Brasileira (1909), todos em colaboração com Olavo Bilac, e também Apólogos (1904), Mandamentos Cívicos e Breviário Cívico (1922), além do Teatro Infantil (1905), volume de peças curtas em prosa e verso, também elaborado em conjunto com Olavo Bilac. Embora América não seja a obra de maior destaque nesse segmento, pois permaneceu na primeira edição, enquanto Contos Pátrios foi reeditado mais de trinta vezes, ela se destaca por inaugurá-lo. Tal fato, aliás, fica patente nas páginas do livro, que prega os exemplos com um academicismo que padece pelo exagero, sempre pronto a impingir ao leitor um longo e rebuscado discurso moralizante.

A história é narrada por Renato, que, prestes a “receber o grau” (COELHO NETTO, 1897, p. 79), rememora os dias de sua meninice vividos sob o teto de América, colégio para onde vai após aprender em casa as primeiras letras. O primeiro capítulo apresenta o sofrimento de Renato ao se despedir da família e empregados para ingressar no colégio, suplício que só faz aumentar à medida em que ele vê a luminosidade que emana do céu azul e a beleza do jardim, que nunca lhe parecera tão belo. A partida é regada por copiosas lágrimas, e o sofrimento faz com que o garoto diga à mãe que preferia continuar sua educação em casa, o que ela responde com uma longa

intervenção, na qual aponta a importância da escola para a “iniciação à vida” (Idem, p. 3).

Vais para um pequeno mundo de exercícios físicos e morais. Em casa poderias educar a inteligência, poderias mesmo, em menos espaço de tempo, aprender mais do que no colégio ficarias, porém, sem a grande ciência dos homens, o conhecimento indispensável da alma coletiva. É necessário que a tua alma se aproxime de outras para ganhar esplendor.

O diamante pule-se com o diamante, o espírito aperfeiçoa-se no convívio de outros espíritos. É preciso ver novas terras e novas almas, meu filho, para conhecer-se o mundo. Vais ver de perto todas as feições humanas. Vais como para uma estufa onde há todos os exemplares do homem ainda em rebento, de sorte que, mais tarde, quando tiveres de atravessar a sociedade militante onde encontrarás de tudo, não terás surpresas nem te deixarás prender em ciladas. Vais conhecer a generosidade e vais conhecer a inveja, sobretudo vais lidar com os homens que, como tu, hão de ser os fatores da grandeza da Pátria. Começa hoje a sua conscrição para a batalha da vida em que todos tomam parte e eu quero que te exercites, que conheças todos os perigos e o terreno onde vais pelejar para que não sucumbas na primeira refrega. (Idem, p. 3)

O trecho exemplifica a apresentação formal dos demais capítulos do livro, que apresentam, *grosso modo*, uma situação de conflito, seguido por uma explanação sobre a conduta modelar que é apresentada por adultos e crianças, os quais têm em comum o fato de carregarem as características modelares que se propõem a ensinar. Segundo a mãe, à escola cabe, além do aprimoramento intelectual, os exercícios físicos e morais que apenas se tornam possíveis na vivência em sociedade. Ela é um microcosmo da sociedade, ambiente no qual convivem os mais diversos exemplares da mesma, e é um espaço privilegiado para a entrada na “batalha da vida”. O porquê disso perceberemos a partir do capítulo seguinte da obra, no qual somos apresentados ao diretor, que, “muito cortês”, esforça-se para conversar com o tímido garoto. É caracterizado como “Um homem simpático, pálido, grandes bigodes negros, olhos agudos mas não severos, fronte alta” (Idem, p. 6) que fez desvanecer os receios do menino tão logo começou a falar. Suas palavras em muito se aproximam daquelas proferidas pela mãe: “Isto aqui não é uma casa de sofrimento. [...] o menino não é só o corpo, o menino tem uma alma

que carece ser cuidada com mais desvelo do que o corpo e é essa alma que vem aqui vestir e ornar.” (Idem, p. 7).

A segurança e doçura que emanam do diretor aos poucos convencem Renato de que a escola é um bom lugar para se estar. Competem para isso também a organização do ambiente – o dormitório arejado, as camas “muito brancas, irrepreensivelmente lisas” (Idem, p. 8), a “saleta alegre onde havia um piano e muitos quadros pelas paredes, forradas d’um papel claro” (Idem, p. 10) – e a delicadeza com que o menino é recebido pelos colegas, ao entrar na sala conduzido “paternalmente” pelo diretor (Idem, p. 12): “Quando entramos todos os meninos, uniformizados como eu estava, puseram-se de pé, cada um junto da sua carteira, e notei que segredavam sorrindo como se lhes desse prazer a minha entrada.” (Idem, p. 12). Renato deixa-se convencer a ficar no estabelecimento porque os elementos com os quais se depara rapidamente o fazem tomar a escola com uma extensão de sua casa. O restante do livro não muda a pintura do quadro – os professores são a todo tempo solícitos e interessados no aprendizado dos alunos, e o diretor continua agindo com a mesma suavidade que Renato experimentou quando ingressou no colégio – o que não o impede de agir com severidade quando precisa ensinar a atitude correta a algum aluno, mas com uma severidade repleta de equilíbrio.

Como espaço para se exercitar na “batalha da vida” que é – segundo constata a mãe de Renato – o colégio América introduz seus alunos na vivência em sociedade. No entanto, o faz de modo controlado, pois gerido pelos professores e diretor da instituição, daí o porquê de os mestres carregarem características que também a família ideal possui, somadas a um equilíbrio de julgamento necessário à formação para a vida social, o qual os pais nem sempre conseguem atingir. Além disso, o aprendizado dá-se pelo exemplo, conforme deixa implícito a mãe de Renato ao constatar que o contato com

outros indivíduos molda o espírito assim como um diamante é polido no contato com outro, logo, o América apresenta exemplares da conduta requerida para a vivência numa sociedade que deixava de lado a repressão e violência do passado – representadas pela monarquia e escravidão – e caminhava rumo ao progresso político, social e cultural.

A importância do exemplo fica patente em América. O ânimo dos meninos para o banho matutino incute no sonolento Renato o mesmo entusiasmo, e ele, que a princípio reclamara por ser obrigado a se levantar às seis da manhã, se vê aos poucos contagiado pela alegria das crianças, junto das quais desce as escadas correndo e se precipita no “tanque largo e profundo” em que se banhará. (Idem, p. 32). O esforço do professor Eduardo, pobre estudante de medicina que trabalha duramente para pagar os estudos (Idem, p. 34), como Renato vem a saber através do pequeno Libânio, faz eco à dedicação desse mesmo garotinho, que chamou a atenção de Renato quando este o vira pela primeira vez: “dentre todos o que mais tempo olhei foi um muito escuro, quase preto, que tão atenciosamente fitava o professor [...] magrinho, mas havia no seu olhar um brilho tão intenso que me maravilhou”. Libânio, que ao relatar a vida do professor Eduardo afirma com veemência que “Quando a gente quer é assim.” (35), demonstra seguir o exemplo do mestre, pois também ele era muito pobre e via nos estudos uma possibilidade de ascensão social.

Além dos exemplos empíricos, América colocava seus alunos em contato com textos que demonstravam condutas modelares. “Os dois Meninos”, que dá título a um dos capítulos do livro, é também título de um dos contos que o professor Eduardo apresenta às crianças. O conto relata a história de um menino o qual, a caminho da escola, é detido por outro que lhe oferece doces caso aquele pare para brincar com ele. Ao ouvir como resposta uma negativa, aquele que fez a oferta afirma não precisar estudar, uma vez que é muito rico. Passam-se anos, e o garotinho estudioso, agora já

moço, depara-se com o menino que era rico, o qual, em meio às ruínas de sua antiga casa, pede-lhe esmola. “Tudo quanto eu valia as águas levaram.” (Idem, p. 26), constata com tristeza o garoto, que muito se assemelha a um dos internos do América, o Castro, rapaz que, por ser muito rico, supõe serem inúteis os estudos, o que o fará experimentar o mesmo destino do rico garoto do conto apresentado pelo professor.

Aliás, o conhecimento do tipo negativo de “todos os exemplares do homem ainda em rebento” (Idem, p. 3) Renato apenas adquire através de Castro, no qual convergem todos os defeitos que a escola transforma em alvos de correção, o que dá ensejo à enunciação de inúmeros discursos moralizantes, proferidos pelo diretor, professores e alunos. Ele é bagunceiro, tanto que é repreendido pelo professor no mesmo dia em que Renato ingressa na escola, e é obrigado a passar o recreio de castigo, enquanto todos os demais garotos se divertem; é desinteressado nas aulas, o que lhe garante castigos, como ser obrigado a ficar de pé durante toda a aula, algo que é pior do que uma “pancada”, na opinião de Affonso (Idem, 24); ele não tem modos à mesa, o que lhe vale a seguinte crítica do professor Eduardo: “Veja o senhor a atitude dos seus colegas, estão todos corretos e calmos, apenas o senhor está assim excitado como se executasse um penoso trabalho. Só os irracionais devoram [...]”, e assim ele longamente tenta fazer com que Castro perceba de que modo a alimentação deve ser tomada pelo homem civilizado, e os bons resultados disso para seu corpo e a vida em sociedade. (Idem, p. 26-9)

Castro é, ainda, responsável por afrontar Libânio, ao chamá-lo de “negro”, filho de “escrava”, o que culmina com a intervenção do diretor, o qual, depois de constatar que “só o mérito estabelece distinções” (Idem, p. 55) entre os alunos, obriga o garoto a pronunciar um discurso em repúdio à escravidão, no dia comemorativo à abolição da escravatura, “a alvorada da nossa era política” (Idem, p. 58). A lição dá resultado, pois

Castro, tão logo se descobre pobre e começa a dar valor à educação, elege Libânio como seu melhor amigo.

As datas pátrias são extremamente importantes no colégio América. Além do “Treze de Maio”, que dá título a um dos capítulos do livro, há “O descobrimento do Brasil”, sobre o qual Libânio fala entusiasmado a Renato, ao relatar a palestra que o diretor proferira no feriado do dia anterior e “Vinte e um de abril”, sobre cuja relevância histórica chama a atenção o professor Eduardo, ao descobrir que Renato nunca ouvira falar sobre Tiradentes, o qual morreria por semear o desejo de liberdade que, anos mais tarde, “rebentando no espírito do povo, fez com que tivéssemos a República.” (Idem, p. 43)

O amor à “pátria” pressupõe o conhecimento dos heróis nacionais e acontecimentos importantes que nela ocorreram, daí as considerações do professor – “não basta amar o céu e as árvores do seu país natal, os rios, as montanhas, as fontes que constituem, por assim dizer, o corpo, é preciso amar os homens, nas suas obras imortais que constituem a História, que é a alma das nações.” (Idem, p. 41-2). Além das datas e personagens históricos importantes já citados, América dá relevo ao porteiro do colégio, dono de uma perna de pau devido a um ferimento na Guerra do Paraguai. O idoso senhor, que carrega a prótese com a mesma honra com que, nas datas especiais, veste “as suas medalhas de campanha” (Idem, p. 75), explica a Renato o que o motivou a engrossar as hostes brasileiras na guerra contra o Paraguai:

— Pois se eles invadiram o Brasil, incendiaram os campos, destruíram as casas, assassinaram mulheres, velhos e crianças, injuriaram a nossa bandeira... [..].

— Pois então? Eu tinha minha mãe, tinha irmãos, tinha a minha terra... estavam longe mas, quando eu vi a bandeira não sei... parecia que ela me falava por tudo e eu lá ia com a minha arma sem me lembrar da morte, com os olhos na bandeira, ouvindo os clarins que ressoaram como gritos, gritos que vinham de muito longe, da minha terra onde estava minha mãe, onde estavam meus irmãos. (Idem, p. 51-2).

O ancião afirma que lutou por sua mãe e irmãos – frágeis seres que não podiam se defender sozinhos e que estavam sujeitos ao mesmo destino das mulheres, velhos e crianças assassinados – e que o fez mesmo sabendo que corria o risco de perecer no combate. No entanto, sobretudo lutou para livrar o território de seus invasores, já que o território invadido simbolizava um pedaço da pátria que caía em domínio estrangeiro. A força para o combate vinha da bandeira, a qual representava, num só tempo, o clamor de todos os brasileiros que sofriam. A bandeira, que tanta alegria lhes dava quando tremulava em solo paraguaio, é um dos importantes símbolos de unidade nacional. Sobre tais símbolos fala Benedict Anderson quando se refere aos “artefatos culturais” que possuem tão profunda legitimidade emocional entre os membros de uma mesma comunidade (ANDERSON, 1993, p. 91). Segundo ele, a “Nação” trata-se de uma “comunidade imaginada”, estabelecida para dar coesão a um grupo de indivíduos, que, apesar de nunca conhecerem a maioria de seus compatriotas, terão dentro de si a imagem do grupo. Daí a importância dos heróis, datas pátrias e símbolos nacionais, elementos responsáveis por construir essa coesão.

A isso dá destaque Coelho Netto quando, sob o pseudônimo de Anselmo Ribas, afirma aos leitores de *A Notícia* que “O autor, trabalhando para os jovens espíritos, cuidou muito da substância moral, fazendo prevalecer em todos os contos a idéia de Pátria.” (RIBAS, 1897). América, portanto, nos faz depreender que a escola é o lugar por excelência para que tais conhecimentos sejam transmitidos, e o fato de os personagens responderem de modo tão positivo aos exemplos aos quais são submetidos demonstra que ela é bem sucedida no projeto civilizador que toma para si. A pintura maniqueísta que é dada aos personagens, bem como o idealismo que emana das páginas do livro – no qual todos são bons, estudiosos e interessados no bem comum, com exceção de um aluno, garoto mau em todos os sentidos, mas que, ao se deixar tocar pela

educação, transforma-se num dos melhores alunos da turma – são elementos que comprovam tal sucesso. Na escola ideal construída por Coelho Netto, a qual leva o nome de América, o que metaforiza seu ideal de continente, a educação apaga as diferenças de cor e classe social para fazer o indivíduo chegar onde ele deseja. Lá as decisões são tomadas levando-se em conta a democracia e a ponderação, e é porque a educação civiliza que a escola é um ambiente tão doce, assim como o são seus docentes.

O colégio construído de modo tão idílico é o exemplo da instituição educacional que ensinaria os jovens a construir a sociedade que o literato e seus companheiros de letras almejavam desde que se puseram a escrever, na primeira metade de 1880. Por isso ele é tão diferente do colégio pintado noutra obra de ficção, naquela altura, já muito conhecida entre os homens de letras, o Ateneu, escrito por Raul Pompéia, dileto amigo de Netto desde a faculdade, e publicado em folhetins esparsos na Gazeta de Notícias entre 8 de abril e 18 de maio de 1888. Na afamada obra, o escritor dá a pena ao jovem Sérgio, responsável por narrar sua passagem pela instituição homônima, comandada pela virga férrea do diretor Aristarco. Estabelecimento de ensino tradicional dos tempos da monarquia, o Ateneu destinava aos seus alunos tratamento análogo ao que a monarquia destinava aos seus cidadãos. Daí o porquê de imperarem a violência física, a coerção e o despotismo, que davam ao ambiente um clima de constante tensão. Assim, como se o fogo que destruiu o Ateneu tivesse levado consigo o regime político autoritário que o colégio ajudava a manter, a construção do América cooperaria para a manutenção da democracia em âmbito nacional, daí a sua importância simbólica.

A preocupação com os elementos que conduziriam o país ao progresso é constante na obra de Coelho Netto. Não é um acaso o fato de este livro ter saído a lume poucos meses depois da fundação da Academia Brasileira de Letras, instituição que se apoiava nos nomes saudosos das letras nacionais – os quais emprestaram seus nomes e sua

honra para as suas quarenta cadeiras – o que, como podemos notar, aponta para o mesmo caminho percorrido por América: a importância dos heróis pátrios para a coesão da nação e seu conseqüente engrandecimento. Além disso, o livro coincide com o momento em que Netto lança com mais veemência a crítica à produção teatral posta em cena nos palcos da capital, os quais ele considerava uma escola de imoralidades, que ensinava o público “a desconjuntar-se”, “a falar com solecismos, n’um calão de feira enxertado de trocadilhos” (N., 1897) – o que afirma poucos dias antes de levar à cena “Pelo Amor!”, peça com a qual objetivava renovar a cena carioca e educar artisticamente o público – o que nos remete à conotação educativa de América. É ainda esse afã, acreditamos nós, que leva a público O Morto, romance que circula a partir de meados de março de 1898.

O Morto: repressão e retrocesso

Em O Morto, a pena é conduzida por Josefino, um pacato funcionário do comércio, que desenhará suas impressões do período enquanto se esconde no interior rural de Minas, para onde foge suspeito de sublevar contra o governo durante a Revolta da Armada (1892-1893). E é lá que esboça seu passado, sob “a sombra das árvores, em remoto desterro, enquanto a metralha arrasava a terra hospitaleira [...]” (COELHO NETTO, 1912, p. 5). Todavia, por se tratar de um narrador em primeira pessoa, suas lembranças por vezes se turvam devido às impressões que o desespero da perseguição, da fuga e a paisagem bucólica imprimem em si. O percurso do narrador, visto em correspondência com a trajetória dos personagens históricos, transformam o romance

em objeto privilegiado para que discutamos as direções que Coelho Netto deseja imprimir ao seu projeto civilizatório.

Josefino apresenta-se como um romântico, característica que adquire da vivência com o velho pai, cujas narrações sobre a chegada ao Rio de Janeiro – as quais tinham como pano de fundo o mar – tão grande fascínio exerceram nele quando jovem. “Eu ouvia com uma grande vontade de transpor a barra, de sair para essa vastidão [...]” (Idem, p. 26-7), constata o narrador, que sonhava com viagens e batalhas. Não é um acaso, portanto, que o idealista rapaz tenha se emocionado tanto ao ouvir pela primeira vez os arautos da propaganda abolicionista: “aplaudi-os com entusiasmo, contendo lágrimas [...] teria sido o primeiro a alistar-me na falange dos defensores da raça oprimida, se um dos tribunos, [...] tivesse chamado às armas, para a campanha santa, os que o ouviam e aplaudiam” (Idem, p. 28). Sua reação, exposta ao patrão, foi suficientemente eufórica para que o velho comerciante de café lhe questionasse, com severidade, se ele era tão “arruaceiro como essa *corja* da abolição” (Idem).

A posição política de Josefino mantém-se a mesma ao longo dos anos, uma vez que, 14 anos após o ocorrido, o comerciante apresenta-lhe à sua filha como “o republicano”, alusão à militância política do mesmo nos tempos da monarquia (Idem, p. 32). Todavia, embora o patrão não se sentisse ameaçado, tanto que dá a mão da filha em casamento ao rapaz – “um homem de trabalho”, segundo ele (Idem) – ela acaba depondo contra o moço quando estoura a revolta da Armada. A revolta foi comandada pelo ex-ministro da Marinha, o contra-almirante Custódio José de Mello, que, em 1891, havia chefiado um levante da esquadra contra o então presidente Deodoro da Fonseca, por este ter fechado o congresso e instaurado um regime ditatorial (COELHO NETTO, 2002, p. 13). Floriano Peixoto parecia conhecer bem a força de seu oponente, o qual deflagrou a renúncia de Deodoro e, conseqüentemente, permitiu a subida de Floriano ao

poder. Isto fez com que o presidente, quatro dias depois, decretasse o estado de sítio em todo o distrito federal e em Niterói (Idem, p. 291-3).

Josefino imediatamente sente o peso das medidas repressivas decretadas por Floriano. Na manhã que sucede à explosão da revolta, ao encontrar-se num restaurante, em meio a um grupo de jovens desconhecidos, juntos dos quais se sentara porque o local estava lotado, Josefino sente que o observam à distância. O temor toma conta de si ao lembrar-se tanto das palavras ditas pelo amigo – “Que eu não falasse, que não aventurasse uma opinião porque a cidade estava cheia de secretas, até mulheres.” (COELHO NETTO, 1912, p. 56) – quanto pelo fato de seus sentimentos políticos serem bem conhecidos “desde os tempos das conferências no Polytheama”, onde ele, inclusive, teria arremessado “cadeiras contra uma malta de capangas que invadira a platéia, brandindo cacetes” (Idem).

Os sentimentos esboçados pelo jovem com relação à política são conflitantes, o que para muito contribui o fato de o relato ser fruto da rememoração do narrador-protagonista enquanto ele permanece nos campos mineiros, onde se escondera devido à acusação apressada da polícia de que ele teria parte com os revoltosos da Armada. De fato, abundam no livro longas descrições sobre o desespero que, segundo Josefino, tomou conta da população carioca, que fugia espavorida de “uma cidade assolada pela peste” (Idem, p. 87). E o narrador impinge igual culpa em ambos os lados da querela, já que, tanto a população é obrigada a abandonar os arredores do porto para não ser alvejada pelos tiros dos revoltosos, quanto o próprio Josefino é compelido a abandonar tudo o que lhe é caro para não ser preso pelo governo, vítima de uma acusação infundada. O temor do jovem fica bem expresso na narração copiosa da fuga, momento em que a natureza e os homens comungam com seu sofrimento:

Campos e jardins, mergulhados em sombras densas, dormiam, e, de longe em longe, o uivo de um cão prolongava-se no ar, dorido como

um lamento. Já na cidade carroças arrastavam-se vagarosas, de pausa em pausa: a poeira subia como uma bruma dourada, espessa, asfixiante [...]. À medida que nos aproximávamos o meu receio crescia, vinham-me apreensões, desconfianças e saudades. Vultos que passavam encolhidos traziam-me violentos sobressaltos. (Idem, p. 155)

O primeiro movimento do trem, que o levaria onde “não entrava a lei sangrenta e despótica que oprimia o povo fiscelando-o, constringendo-o com a ameaça sinistra de cárceres e de fuzilamentos” (Idem, p. 160), gera pelo vagão “alguma coisa como um suspiro de desabafo daquela gente que partia [...]” (Idem, p. 162), como se todos estivessem lá com o mesmo propósito – o que faz com que a locomotiva seja assemelhada a alguém que tem vida e que, numa “azáfama prodigiosa”, colaborava na “faina ativa e animada de luta” (Idem, p. 168-9) que objetivava salvar os indivíduos perseguidos.

Seguramente, devemos considerar a agonia e a humilhação que Josefino sofreu em sua partida, bem como seu medo de perder a mãe, que deixara quase morta de desespero. São as emoções pelas quais passou que matam qualquer gérmen de preocupação política que o jovem nutria, ao ponto de, passado o tormento, ele nem sequer desejar ouvir a opinião de um funcionário sobre a Revolta Federalista, e de afastá-lo da loja, a qual julgava comprometer. Assim, a conclusão de Josefino, de que abandonará a escritura dessa sua obra para se faltar na mesa do sogro capitalista, é simbólica por evidenciar os males que um Estado arbitrário causa aos seus cidadãos.

A conclusão é resultado de uma visão profundamente crítica sobre a república instaurada, que tão distante estava daquela com a qual sonhava Coelho Netto. Considerando o despotismo monárquico um atraso imperdoável, o literato e seus companheiros de letras desejavam um governo liberal que não se concretizou com a chegada da República, proclamada pela vertente que defendia o governo positivista e militar. Pelo contrário, tal grupo chegou a ter uma de suas folhas fechadas porque,

durante a revolta, reagiu criticamente à postura do governo, o qual prendeu um político ligado à Coroa sem motivo declarado (PEREIRA, 2003, p. 58, 62-3). O fato de a obra ter sido escrita cinco anos após o fim da revolta e do término do período de exceção é duplamente significativo, uma vez que, naquele início de 1898, o país acabara de passar por um novo estado de sítio, decretado pelo presidente Prudente de Moraes após um atentado contra a sua comitiva, no qual perecera seu Ministro de Guerra, Carlos Machado Bittencourt. O término do sítio – que durou de 6 de novembro de 1897 a 23 de fevereiro de 1898 – motivou discursos duros contra a repressão, por parte das folhas da capital. O Paiz, por exemplo, constata que “A grande conquista da civilização moderna, a manifestação do pensamento pela palavra falada e escrita, é a garantia formidável dos direitos populares”, e lança verrinas contra o “governo do Sr presidente da República”, que passara por cima desse direito. (O Paiz, 1898)

E O Morto acaba por ser tomado, pelo cronista J. dos Santos, como retrato do período de exceção, o qual, apesar do nome, era “situação essencialmente normal” (J. dos Santos, 1898). Segundo o cronista, a experiência fazia com que os leitores estivessem “aparelhados para avaliar bem a verdade do que nos pinta o autor: atrapalhações na cidade, denúncias, prisões, fugas para Minas, etc.” (Idem), consideração que, juntamente à análise que propusemos à obra, revela-nos a importância da mesma no interior do intuito pedagógico que o escritor imprimia à sua produção.

Contradições

Todavia, o projeto iluminista que o literato conduzia desde que começou a escrever esconde tensões que se revelam ao olhar mais atento. Começamos a vislumbrá-las tão logo atentamos para o lugar que o negro ocupa no interior de O Morto. Seu espaço é restrito. Encontramo-lo na casa de Amaro, na zona rural mineira onde Josefino se esconde. Vemo-lo primeiramente na figura de uma negra, a qual, depois de ter ouvido um berro do patrão, ajoelha-se e arranca os sapatos do rapaz (COELHO NETTO, 1912, p. 191). Em seguida, pelos cantos dos salões, “onde crianças negras, atiradas sobre panos, dormiam, choramingavam.”. Vemo-lo na figura de um “crioulinho enfermo que se arrastava, sempre perseguido pelas moscas, como uma imundice, ventruado, quase nu, manchando as taboas do soalho com o seu corpinho raquítico e sórdido, levantando para todos os olhos úmidos e magoados [...]”, que era deixado pelas negras num “abandono desumano” (Idem, p. 203-4), e acaba morrendo de fome, no interior fétido do quadrado onde viviam os negros, já que sua mãe, nas palavras do dono da casa, apenas se dedicava às festas noturnas (Idem, p. 232-5). Vemo-lo na figura do preto velho e louco – “um negro caduco era o meu principal divertimento” (Idem, p. 204), afirma o narrador, depois de ouvir uma “alucinação” do homem que tanto respeito gerava entre os demais negros.

Malgrado o fato de a abolição ter ocorrido havia 10 anos, o negro ainda era inferiorizado e vítima de um olhar profundamente etnocêntrico. O tratamento violento que Amaro volta à mãe do menino morto, o desrespeito de Josefino para com o negro idoso, e o descaso de todos os brancos para com o garotinho doente deixam isso claro. A morte desse último suscita em Amaro uma reação que explicita a inferiorização:

Quero muito respeito aqui dentro, senão levo tudo a relho, canalha! Quem sabe se vocês pensam que isso aqui é o curral do conselho, súcia de vagabundas! Pois de agora em diante o portão do quadrado não me dorme aberto, quero todas aqui, à noite! (Idem, p. 240)

A agressão física como forma de correção, assim como a reclusão das negras depois do trabalho, demonstra uma sociedade que tinha dificuldades em receber o negro como cidadão. Mais que isso, a atitude dos brancos para com os negros, expressa no Morto, denota uma sociedade que julgava já ter cumprido seu papel ao abolir a escravatura – portanto, não mais cabia a Josefino e aos seus qualquer obrigação. Tal olhar gera a conclusão pessimista do padre, que só serve ao garotinho para socorrer sua alma, o qual augura “a próxima extinção da raça negra”, que se perde entre o vício, a falta de vontade de trabalhar e as diversões (Idem, p. 237). A constatação revela a influência das formulações científicas nascidas na Europa, que pregavam a inferioridade do negro, amarelo e de indivíduos miscigenados, as quais foram importadas pelo Brasil a partir de 1870. Uma vez que os tipos humanos eram considerados imutáveis, supunha-se que as “raças” consideradas “inferiores” não eram suscetíveis ao progresso por serem incivilizáveis (Schwarcz, 1993, p. 43-66). O olhar enviesado que O Morto volta ao negro demonstra o fardo que tais pressupostos representavam ao Brasil, país fundamentalmente negro e miscigenado, especialmente partindo ele da pena de um literato que se bateu pela libertação dos escravos e que tinha como mestre José do Patrocínio, filho de um branco com uma escrava.

Porém, ainda que Netto sofra influência das teorias raciais européias, o Libânio de América demonstra que o escritor era capaz de refletir criticamente acerca das mesmas. Ao pôr os olhos no garotinho “quase negro” e maravilhar-se com a atenção com que fitava o professor, Renato deixa implícito como o preconceito racial o influenciava. No entanto, a primeira colocação do menino na classe simboliza a vitória pela força de vontade, com a qual nenhuma barreira era intransponível. E o caminho que tornava o sonho possível era o acesso à educação ministrada num ambiente democrático, a qual suprimia as diferenças entre os indivíduos e os conduzia à civilidade, moral estampada

em América e que incita a preocupação pedagógica que foi uma constante no fazer literário do escritor.

Referências bibliográficas

ANDERSON B. **Comunidades Imaginadas, reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993 [1983].

COELHO NETTO. **América (Educação Cívica)**. Rio de Janeiro: Editores I. Bevilacqua & C., 1897.

COELHO NETTO **O morto (memórias de um fuzilado)**. Porto: Livraria Chardron, de Lello & Irmão, 1912 [1898].

COELHO NETTO: o príncipe dos prosadores brasileiros. **Vida Doméstica**, Rio de Janeiro, junho de 1928.

COELHO NETTO P. **Bibliografia de Coelho Netto**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura – Instituto Nacional do Livro, 1972.

COELHO NETTO. **Bilhetes Postais**, organização, introdução e notas Ana Carolina Feracin da Silva, Campinas, São Paulo: Mercado das Letras, 2002.

DIÁRIO DO SÍTIO. **O Paiz**, Rio de Janeiro, p. 1, 28 de fevereiro de 1898.

N. (pseud. de COELHO NETTO). Fagulhas. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 7 de agosto de 1897.

PEREIRA, L. A. M. Uma miragem de república: Sonhos e desilusões de um grupo literário. In: **República, Liberalismo, Cidadania**. Piracicaba, São Paulo: Editora Unimep, 2003.

R. A. de. (pseud. de XX). Kinetoscópio. **O Paiz**, Rio de Janeiro, p. 1, 17 de março de 1898.

RIBAS, A. (pseud. de COELHO NETTO). Semanais. **A Notícia**, Rio de Janeiro, p. 2, 2 e 3 de outubro de 1897.

SANTOS, J. dos. (pseud. de XX). Crônica Literária. **A Notícia**, Rio de Janeiro, p. 2, 18 e 19 de março de 1898.

SCHWARCZ L. M. Uma história de diferenças e desigualdades: as doutrinas raciais do século XIX. In: **O espetáculo das raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEVCENKO N. **Literatura como missão**, 2ª edição, São Paulo: Cia. das Letras, 2003.